

Aula 1 - Panorama da Nova Lei de Licitações

01. Durante o prazo de vacância da Lei n. 14.113/2021, a Administração pública licitará e contratará:

- a) com base, exclusivamente, na legislação anterior
- b) de acordo com regras de um regime que concilie as normas da nova lei com as da lei antiga, segundo seja estabelecido em cada edital.
- c) fazendo uso excludente da legislação anterior ou da nova lei, conforme estabelecer cada edital.**
- d) de acordo com as normas que cada ente federativo estabelecer por meio de decreto regulamentador.

02. Sob o regime da Lei n. 14.113/2021, cada licitação será conduzida por:

- a) comissão de licitação.
- b) agente de contratação.**
- c) autoridade do órgão/entidade licitador, segundo estabelecido em regulamento interno.
- d) agente designado, acompanhado por representante da assessoria jurídica e do controle interno.

Aula 2 - Interpretação, Regulamentação e Aplicação da Nova Lei de Licitações

03. Todo processo hermenêutico envolve uma pré-compreensão do objeto. Assinale a seguir a alternativa **verdadeira**:

- a) A “pré-compreensão” decorre de circunstâncias subjetivas e objetivas.**
- b) A “pré-compreensão” decorre de circunstâncias exclusivamente subjetivas.
- c) A interpretação nunca será “predeterminada” pela “pré-compreensão”.
- d) A “pré-compreensão” decorre de circunstâncias exclusivamente objetivas.

04. São desafios do operador, a partir do que se propôs na Nova Lei de Licitações:

- a) Se adaptar às inovações trazidas, que envolvem mudanças nos fluxos de trabalho assim como também a inserção de novas tecnologias orientadas para uma maior eficiência e a desburocratização.
- b) Enquadrar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos no contexto do conhecimento e da atuação geral da dogmática jurídica.
- c) Superar práticas tradicionais no âmbito da burocracia administrativa.
- d) Todas as alternativas anteriores estão corretas.**

Aula 3 - Governança, Planejamento da contratação e gestão de riscos

05. No que se refere à governança, planejamento da contratação e gestão de riscos, levados em consideração na Lei nº 14.133/2021 qual das afirmativas abaixo pode ser considerada **correta**:

- a) Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da Nova Lei de Licitações, excluídos dessa exigência os órgãos de assessoramento jurídico e o controle interno;
- b) O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar em qualquer situação;
- c) Quando a modalidade de licitação a ser adotada for o pregão o agente de contratação será designado como pregoeiro;**
- d) O agente de contratação é o responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos;
- e) Todo e qualquer contrato independentemente do objeto a ser considerado deverá obrigatoriamente contemplar matriz de riscos.

06. Relacionado ao planejamento estratégico e ao plano de contratações anuais na Lei nº 14.133/2021, escolha a alternativa **correta**:

- a) Será a partir dos documentos de formalização de demandas que os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão alinhar o plano de contratações anual com o seu planejamento estratégico;**

- b) Pode-se entender o plano de contratações anuais como sendo um processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvem riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões; e, através de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas;
- c) O planejamento estratégico é o documento que consolida todas as compras e contratações que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar, no ano seguinte, e contempla bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação;
- d) Não é obrigatória a divulgação para o público em geral do plano de contratações anuais, devendo estar disponível para consulta no órgão competente por sua criação, caso seja requerido;
- e) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor desde a celebração do contrato.

Aula 4 - A montagem dos instrumentos da fase preparatória - estudo técnico preliminar, orçamento estimado, matriz de risco e termo de referência

07. Em relação à fase preparatória, assinale a alternativa **correta**:

- a) De acordo com o art. 18 da Lei 14.133/2021, a fase preparatória é caracterizada pelo planejamento, mas não precisa ser compatível com o plano de contratações anual.
- b) Compreendem-se na fase preparatória a definição da contratação fundamentada em um estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido e a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.**
- c) Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, mesmo se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto não poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, e tampouco poderá dispensar a elaboração de projetos.
- d) Risco é uma ou mais condições que têm o perfil de causar ou contribuir para que o perigo aconteça.

08. No que tange ao termo de referência, assinale a alternativa **errada**:

- a) O termo de referência deverá conter a especificação do produto, obrigatoriamente conforme catálogo eletrônico de padronização.**
- b) O termo de referência deverá trazer a indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso.
- c) O termo de referência deverá conter a especificação da garantia e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.
- d) O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021.

Aula 5 - Linhas gerais do procedimento da licitação e seus modos de disputa

09. De acordo com o art. 18, inciso VII, da Lei 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório deve abordar todas as considerações técnicas mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- a) a modalidade de licitação, o critério de julgamento e o modo de disputa, não sendo relevante a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.
- b) a modalidade de licitação, o critério de julgamento e o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado parcialmente o ciclo de vida do objeto.
- c) a modalidade de licitação, o critério de julgamento e o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.**
- d) a modalidade de licitação, o critério de julgamento e o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação menos

vantajoso para a Administração Pública, desde que se demonstre o menos oneroso, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

10. De acordo com o art. 56, da Lei 14.133, o modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- a) aberto, que equivale à modalidade pregão eletrônico.
- b) fechado, que equivale à modalidade leilão.
- c) aberto, que equivale à modalidade convite.
- d) aberto, que equivale à modalidade concorrência.

Aula 6 - Modalidades de licitação - concorrência, concurso, pregão invertido e diálogo competitivo

11. São modalidades de licitação, segundo a Nova Lei de Licitações:

- a) Tomada de Preços, Convite, Pregão, Diálogo competitivo e Concurso.
- b) Concorrência, Concurso, Leilão, Pregão, Diálogo competitivo e Regime Diferenciado de Contratação (RDC).
- c) Concorrência, Pregão, Diálogo Competitivo, Concurso e Leilão.
- d) Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Concurso, Leilão, Pregão e RDC.

12. O diálogo competitivo, em linhas gerais, serve para licitar objetos com complexidade relacionada aos seguintes aspectos:

- a) Técnicos, Jurídicos e Financeiros.
- b) Técnicos e Jurídicos.
- c) Jurídicos e Financeiros.
- d) Estritamente técnicos e financeiros.

Aula 7 - Objeto da contratação - compras, obras, serviços, locação e alienação

13. Segundo o princípio da padronização, o processo deverá conter:

- a) parecer técnico sobre o produto, que não depende de análise sobre o desempenho ou de contratações anteriores.
- b) parecer técnico sobre o produto, que não depende de análise sobre os custos e condições de manutenção e garantia, uma vez que se demonstra suficiente a especificação técnica e estética, de desempenho, e a análise de contratações anteriores.
- c) despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão.
- d) síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas por meio impresso oficial no local da contratação.

14. Sobre a terceirização é **errado** dizer que:

- a) É vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado, indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado.
- b) É vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado, fixar salário inferior ao definido em lei ou ato normativo a ser pago pelo contratado.
- c) É vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado, definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.
- d) É vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado, demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas dentro do escopo do objeto da contratação.

Aula 8 - Procedimentos auxiliares - credenciamento e pré-qualificação

15. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela Lei 14.133/2021, **exceto**:

- a) credenciamento.
- b) pré-qualificação.
- c) procedimento de manifestação de interesse.
- d) sistema diferenciado de preços.

e) registro cadastral.

16. Marque a alternativa **errada**, considerando que os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

a) a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.

b) na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda.

c) o edital de chamamento de interessados poderá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, definir o valor da contratação.

d) não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

Aula 9 - Os critérios de habilitação e seu procedimento

17. De acordo com a Nova Lei de Licitações:

I. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, em nome do princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório;

II. O reconhecimento de firma será exigido em todas as situações como forma de garantir a autenticidade dos documentos;

III. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

Assinale a alternativa correta acerca da veracidade das afirmativas:

a) V – F – V

b) F – V – F

c) F – F – V

d) V – V – V

18. Sobre a fase de habilitação, dispõe a Nova Lei de Licitações:

I. Quando a fase de habilitação já estiver encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado a ela. ()

II. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis por balancetes. ()

III. A diligência acerca dos documentos dos licitantes poderá ocorrer apenas sobre os documentos já apresentados e desde que necessária à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame. ()

IV. A comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. ()

Assinale como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas acima. A sequência correta é:

a) F – F – V – V

b) F – F – F – F

c) V – F – F – F

d) V – F – V – F

Aula 10 - Contratação Direta

19. São fases de instrução do processo de contratação direta:

a) Documento de planejamento, abertura de processo, solicitação / requisição da contratação, estimativa de custos, disponibilidade orçamentária, escolha justificada do fornecedor, análise jurídica, documentação do fornecedor, aprovação pela autoridade competente e publicação.

a) Abertura de processo, documento de planejamento, solicitação / requisição da contratação, estimativa de custos, disponibilidade orçamentária, escolha justificada do fornecedor, documentação do fornecedor, análise jurídica, aprovação pela autoridade competente e publicação.

a) Escolha justificada do fornecedor, abertura de processo, solicitação / requisição da contratação, documento de planejamento, estimativa de custos, disponibilidade orçamentária, análise jurídica, documentação do fornecedor, aprovação pela autoridade competente e publicação.

a) Abertura de processo, solicitação / requisição da contratação, documento de planejamento, estimativa de custos, disponibilidade orçamentária, escolha justificada do fornecedor, documentação do fornecedor, análise jurídica, aprovação pela autoridade competente e publicação.

20. É dispensável a licitação:

a) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

b) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

c) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento

d) nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

e) Todas as alternativas anteriores são verdadeiras.

Aula 11 - Regime de Execução dos contratos. Contratação integrada e semi-integrada

21. A respeito do Estudo da viabilidade técnica, econômica e ambiental - EVTEA:

a) Trata-se de uma fase distinta e antecedente da confecção do projeto básico.

b) Embasará a decisão de licitar ou não.

c) Contempla a concepção da estrutura e instalações em geral e os principais componentes do projeto arquitetônico, além de apresentar uma definição inicial do custo do empreendimento.

d) Todas as alternativas estão corretas.

22. Marque a alternativa **errada**, considerando os elementos que devem estar presentes no anteprojeto:

a) condições de solidez, de segurança e de durabilidade.

b) prazo de entrega e levantamento topográfico e cadastral.

c) estética do projeto arquitetônico, sendo dispensável, neste caso, o traçado geométrico e o projeto da área de influência.

d) proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia.

e) pareceres de sondagem e memorial descritivo dos elementos da edificação.

Aula 12 - Execução de contratos e governança na fiscalização.

23. A respeito da governança das contratações, assinale a alternativa **correta**:

a) A alta administração do órgão ou entidade não é responsável pela governança das contratações, mas pode implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos.

b) A assessoria jurídica do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

c) As contratações públicas deverão submeter-se a práticas eventuais de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa.

d) As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa.

24. Acerca da execução de contratos e sua fiscalização, marque a alternativa **correta**:

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por pelo menos 2 (dois) fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos na Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- b) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos na Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, sendo vedada a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- c)** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos na Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- d) A execução do contrato poderá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos na Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

Aula 13 - Garantia contratual. Garantia de contratos de obras e serviços de engenharia. Seguro-garantia

25. Assinale a alternativa **falsa**:

- a) na Nova Lei de Licitações, caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; ou fiança bancária
- b)** na nova Lei de Licitações, as garantias contratuais, **em regra**, devem ser **superiores** a 10% do valor do contrato
- c) a garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração
- d) na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato

26. Assinale a alternativa **correta**:

- a)** O seguro-garantia deve cobrir as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento
- b) nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, em percentual **superior** a 30% do valor inicial do contrato;
- c) nos casos de contratos que impliquem a entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, o valor desses bens **não** deverá ser acrescido ao valor da garantia;
- d) nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia **sempre** poderá ser de até 10% (dez por cento), **independentemente** da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.

Aula 14 - Duração do contrato e eventuais ajustes

27. A respeito da duração dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, marque a alternativa incorreta:

- a) Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.
- b) A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- c) Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

d) O contrato que prever a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 20 (vinte) anos.

28. Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão:

a) de até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento e de até 25 (vinte e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

b) de até 15 (quinze) anos, nos contratos sem investimento e de até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

c) de até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento e de até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

d) de até 15 (quinze) anos, nos contratos sem investimento e de até 25 (vinte e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

Aula 15 - Meios alternativos de Resolução de Controvérsias nas Licitações

29. A respeito dos meios alternativos de resolução de controvérsias na nova lei de licitações e contratos, assinale a alternativa **correta**:

a) a arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, ainda que envolva a administração pública, e observará o princípio da publicidade.

b) os contratos não poderão ser aditados para fins de adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

c) o processo de escolha dos árbitros dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes.

d) deverão sempre ser utilizados a conciliação e a arbitragem como meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias.

e) poderão as partes escolher, livremente, as regras de direito que serão aplicadas na arbitragem, ainda que haja violação aos bons costumes e à ordem pública.

30. Assinale a alternativa **correta** acerca dos diferentes métodos adequados de conflitos em sede de contratações públicas regidas pela Lei 14.133/2021:

a) A conciliação pressupõe a existência de um terceiro imparcial que decidirá a causa, em substituição à vontade das partes.

b) Em razão do princípio da consensualidade, convencionou-se que a mediação entre um particular e um ente público sempre terá cabimento, não sendo relevante a disponibilidade do objeto litigioso.

c) A instituição da arbitragem depende da previsão de cláusula compromissória neste sentido, não sendo admissível, em qualquer hipótese, o aditamento contratual para esta finalidade.

d) A arbitragem tem como finalidade precípua possibilitar que as partes formulem um acordo, a partir de um consenso, que seja capaz de encerrar definitivamente o conflito, não tendo o árbitro o papel de exercer qualquer juízo decisório ao longo do procedimento arbitral.

e) Os árbitros serão escolhidos nos termos estabelecidos na convenção de arbitragem, observados alguns requisitos mínimos relacionados com a sua capacidade técnica, sendo imprescindível a comprovação de que possuem conhecimento compatível com a natureza do litígio.